

ARQUEOLOGIA DE GÊNERO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PASSADO

Danúbia V. Rodrigues de Lima
Viviane M. Cavalcanti de Castro
Sergio F. S. M. da Silva

RESUMO

Durante a década de 70, a palavra *gênero* passou a ser utilizada para designar a construção cultural e o caráter relacional entre os sexos, fazendo oposição às bases biológicas e desiguais utilizadas para justificar as diferenças entre mulheres e homens. A partir do movimento feminista, este termo passou a ser utilizado como categoria de análise nas ciências humanas, como na antropologia e história. Tardiamente este campo teórico foi incorporado à arqueologia, tendo sido desenvolvido com o intuito não somente de incluir as mulheres na história, mas também de discutir e problematizar as relações entre os sexos nas populações humanas do passado. Além de produzir metodologias específicas, a arqueologia de gênero busca trazer a tona os sujeitos marginalizados historicamente, inicialmente as mulheres, com todo o entorno que as cerca, como as crianças. Neste trabalho, buscou-se apresentar as bases teóricas para a construção do que conhecemos hoje como *arqueologia de gênero*.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Feminismo; Arqueologia

ABSTRACT

During the 70s, the word *gender* has become used to denote the cultural construction and relational character between the sexes, causing opposition and the biological basis used to justify unequal differences between women and men. From the feminist movement, this term came to be used as a category of analysis in the humanities, such as anthropology and history. Belatedly this theoretical field was incorporated into archeology, was developed with the aim not only to include women in history, but also to discuss and problematize the relations between the sexes in human populations to the past. Besides producing specific methodologies, the archeology of gender seeks to bring out the subject historically marginalized, initially women, with all the

surroundings around them as children. In this study, we sought to provide the theoretical basis for the construction of what we know today as *archaeology of gender*.

KEYWORDS: Gender; Feminism; Archaeology

INTRODUÇÃO

A noção de gênero tem sido objeto de investigação de várias disciplinas das ciências humanas e sociais, como também na Arqueologia. A apropriação da temática do gênero, como objeto de pesquisa atravessou um longo caminho, iniciado bem antes do movimento feminista no século XVIII. Contudo, na primeira metade do século XX, após a segunda guerra mundial, os estudos sobre gênero na arqueologia ainda eram interpretados com base no que prevalecia no mundo ocidental, ou seja, haviam espaços controlados pela normatividade masculina para as mulheres. O avanço ocorreu nas últimas décadas com um crescente interesse pelo tema.

Na última década a arqueologia de gênero se firmou como um campo de pesquisa com perspectivas sólidas e crescentes na qual o gênero é estudado com objetivos de identificar, analisar e interpretar as funções de mulheres, homens e crianças, assim como os seus espaços em nosso passado, através do estudo da cultura material. Esses trabalhos enfocam não só as mulheres, dos períodos pré-histórico e histórico, como também a atuação dos homens como agentes de suas próprias realidades. Neste artigo serão abordados os caminhos percorridos pelo estudo do gênero desde o feminismo até a abordagem pós-processual.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O MOVIMENTO FEMINISTA COMO UMA NOVA FORMA DE PENSAR A CIÊNCIA

As questões como o porquê o sexo feminino parecia desprezível ao homem e quais as circunstâncias que restringiram a liberdade da mulher e quais pôde ela superar sem se trair expostas por Simone de Beauvoir (1967), retomaram os principais eixos norteadores do feminismo desde a sua origem até a atualidade. Mas o que é mesmo o *feminismo*? Quais as suas origens e objetivos?

A origem do termo *feminismo* aparece em algumas informações esparsas sobre o seu emprego na França. Entre 1830 e 1840, com o surgimento de um movimento de mulheres neste país, o termo teria sido, então, utilizado. Esta palavra reapareceria apenas no ano de 1892, em um congresso de mulheres *feministas*. Apesar da origem controversa do termo e das diferentes acepções que cada corrente de pensamento feminista faz dele, o feminismo é uma doutrina

social que busca combater a condição de subordinação infligida às mulheres, concedendo-lhes oportunidades e direitos até então reservados aos homens. Portanto, *feminista* se aplica a todas as questões concernentes exclusivamente às mulheres. A radicalização pode levar as mulheres a se limitarem inteiramente nas fronteiras do seu próprio valor no que diz respeito ao sexo, isolando os problemas sociais e mesmo a contribuição que elas dão a sociedade (MONTENEGRO, 1981).

O movimento feminista também possui uma origem controversa. Algumas autoras, como Molina (1994), Miguel (1995) e Guimarães (2005) apontam o marco teórico inicial do movimento feminista na obra do filósofo Ponlain de La Barre, o qual, entre os anos de 1673 e 1675, publicou diversos artigos nos quais expôs a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres não é biológica, mas sim social e política. La Barre afirmava que tudo o que os homens haviam escrito sobre as mulheres deveria ser duvidoso, pois eles seriam juiz e parte simultaneamente (BEAUVOIR, 1967). Seu pensamento era revolucionário para o período em que vivia, pois, até então, as diferenças entre homens e mulheres eram sempre atribuídas aos fatores biológicos, tornando a submissão feminina um fato natural e imutável. Esta ideia era ainda muito corrente até pouco tempo atrás, durante a década de 1970.

O feminismo como um movimento, teria surgido no final do século XVIII, a partir do momento no qual as mulheres, como um grupo humano coletivo, adquiriu consciência da sua inserção como objetos dominados e explorados na sociedade patriarcal (MARTÍ, 2003). Enquanto pensamento e movimento, o feminismo pode ser distinguido em quatro fases distintas. Cada uma possui características e influências diversas que irão dar o tom dos anseios e das lutas das feministas durante estes períodos históricos.

A semente do pensamento feminista surge na Europa, por volta dos séculos XIV e XV. Christine de Pizán (1364-1430), considerada a primeira escritora profissional de nossa história, uma poetiza respeitada e conhecida em sua época, o período medieval. Publicou, entre outras obras, *A cidade das damas*. Mas foi apenas no século XX, com o desenvolvimento teórico do movimento feminista, que o seu trabalho foi devolvido à proeminência pelos esforços de Caridade Cannon Willard, Earl Jeffrey Richards e Simone de Beauvoir, que passaram a considerar Pizán como uma das primeiras feministas da história. Isto se deve ao fato de que ela

utilizava a escrita para transmitir mensagens de que as mulheres poderiam desempenhar um papel importante dentro da sociedade.

No século seguinte, XVI, Marie de Gournay, nascida em Paris em 1565, tornou-se uma das escritoras mais notáveis da renascença. Sua obra ficou esquecida e apenas com a ascensão do feminismo, passou a ocupar lugar de destaque entre as principais escritoras. Propôs a igualdade entre homens e mulheres, destacando a importância da educação para as mesmas e a luta pelos seus direitos.

Jean-Jacques Rousseau, com seu discurso e fundamento da desigualdade entre os homens, no séc. XVIII demonstrou que a desigualdade era um fato histórico, uma produção social e não natural. Rousseau, além de tornar-se um defensor da igualdade entre os “homens”, tornou-se também um teórico da feminilidade, atribuindo as mulheres a tarefa natural de mãe, esposa e dona de casa. Afirmava que o espaço adequado às mulheres era o doméstico. A sociedade estaria dividida em dois sexos e em dois espaços. O espaço público, onde os fatos importantes da história aconteciam, era de posse dos homens e o espaço doméstico, pertencente às mulheres, condenava-as a apenas formar bons cidadãos (GUIMARÃES, 2005).

Os ideais feministas, de cunho reivindicatório, foram inspirados nas obras de pensadores como Rousseau, Locke e Montesquieu e nas transformações ocorridas na Europa durante o século XVII e XVIII, como o Iluminismo e a Revolução Francesa, que buscava a igualdade e a liberdade para todos os homens (neste caso, no sentido literal da palavra homem).

Ainda, durante o século XVIII, obras importantes, tais como a análise publicada em 1790 por Condorcet, no *Journal de La Société*, expõe a questão da exclusão das mulheres e do direito a cidadania, tratando-a como um exemplo representativo do problema mais geral, a desigualdade (GUIMARÃES, 2005). *Os direitos da mulher e da cidadã* de Olympe de Gouges (1791), outra obra de grande importância para o feminismo, faz uma crítica à exclusão das mulheres na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, proclamado na França em 1789. Ela afirma que a diferença sexual não justifica a exclusão das mulheres do poder e da cidadania política. Exige igualdade para ambos os sexos, como podemos observar nos artigos II e III:

[...] Artigo II – O objetivo de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem, esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo III – O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles. (GOUGES, 1971 *apud* GUIMARÃES, 2005: 79).

Mary Wollstonecraft, em 1792, em *Reivindicação dos direitos da mulher* proclamava a necessidade do direito ao trabalho, a educação e a emancipação econômica para a mulher. Posteriormente, a *Declaração dos sentimentos*, de Seneca Falls, passou a defender a igualdade entre mulheres e homens de direitos sobre a propriedade, de salário e de trabalho. Todas essas publicações foram importantes, pois, deram voz as mulheres num período em que elas não possuíam praticamente nenhum direito, um período em que, segundo Butler (2008), ser mulher implicava em possuir uma indisposição natural.

Durante o século XIX, início da primeira fase do movimento, a reivindicação pelo sufrágio universal, pela igualdade, liberdade e emancipação econômica das mulheres, tornou-se o centro do debate feminista, voltado para a inclusão das mulheres na vida pública. Como afirma Joana Pedro:

O feminismo como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança (PEDRO, 2005: 79).

Após a conquista do sufrágio universal, na segunda metade do século XX, a luta das feministas passou a reivindicar uma igualdade de fato, não apenas formal. É com este ideal que a segunda fase feminista ou o “neofeminismo” é inaugurado. Nos anos 1950, a categoria “gênero” foi desenvolvida. Entretanto, neste início, esta não foi incorporada de pronto ao feminismo, tendo sido utilizada a palavra “mulher”. “Mulher” foi uma palavra usada em contraposição à palavra “homem”, considerada um termo universal (PEDRO, 2005).

Durante a Segunda Guerra Mundial, muitas mulheres passaram a assumir a responsabilidade de manter financeiramente a casa na ausência do marido, comumente dedicado aos campos de batalha. Essas mulheres foram às ruas protestar ou trabalhar na indústria militar, ou seja, passaram a exercer papéis sociais masculinos. A igualdade almejada aparentemente fora concedida.

Porém, esta “pseudo emancipação”, como chamou Verena Stolke (2004), durou apenas até o fim da guerra, quando, as mulheres foram “redomesticadas”, voltando aos afazeres domésticos. Uma frase publicada em um jornal da época expõe o pensamento masculinista dominante à época: “As lutas de classes? Essas lutas são entre homens! As mulheres, essas pequenas adoráveis, tem todo o direito de ajudar. Depois são mandadas de volta para a cozinha” (*Der Spiegel*. Berlim Ocidental, nº 15, 1976, p. 193 *apud* MONTENEGRO, 1981, p.35).

Este episódio fez com que as feministas se unissem num coletivo maior e mais forte. Ocorreu um aumento das publicações feministas, revelando uma teoria formalizada, tendo como destaque as publicações: *A mística da feminilidade*, de Betty Friedan (1963), *Política Sexual*, de Kate Millet (1969) e *Psicanálise e feminismo*, escrito por Juliet Mitchell (1966).

Além do aumento no número de publicações a respeito do tema, em 1963 eclodiu a marcha sobre Washington (EUA), momento no qual as feministas saem em apoio à população negra. No ano seguinte, o governo democrata de Lyndon Johnson aprovou a lei de Direitos civis dos negros. No texto, foi proibida, além da discriminação em função da raça, a discriminação em função do sexo. Estes acontecimentos impulsionaram o movimento, gerando como consequência, nos Estados Unidos, a fundação da *National Organization of Women (NOW)*, por Betty Friedan, em 1966, uma organização com o objetivo de viabilizar a equiparação de direitos entre homens e mulheres.

As diferentes formas do feminismo, o radical e o socialista, abriram espaço para novas tendências, como o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença. O feminismo da igualdade denunciava que a essência feminina é uma criação do patriarcado e que, portanto, as mulheres deveriam lutar por condições de igualdade com os homens (MARTÍ, 2003; PEDRO,

2005). Este viés foi representado pelas feministas Iris Young, Zillah Eisenstein, Nancy Fraser, Sheyla Benhabib, Célia Amorós, Christine Delphy, Amélia Valcárcel, entre outras. Em contrapartida, o feminismo da diferença preconizava a “feminização do mundo”. Manifestou-se em toda Europa, por meio das autoras francesas Luce Irigaray e Hélène Cixous.

As militantes desta última vertente consideravam o sexo biológico como aquilo que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação (PEDRO, 2005). As “diferencialistas” foram acusadas de homogeneizar a luta feminista, partindo do princípio de que todas as mulheres, por possuírem o mesmo sexo, possuiriam também a mesma identidade, sofreriam dos mesmos males e, portanto, lutavam por objetivos idênticos. Este debate agitou o movimento feminista, girando em torno da questão que se tornou nodal para o movimento: existe mulher ou mulheres?

Em diferentes situações econômicas e sociais, algumas mulheres passaram a protestar, haja vista considerarem que as reivindicações da maior parte das feministas não as incluíam. Estas mulheres pobres, não consideravam, assim como fez Betty Friedan em *A Mística Feminina*, que o trabalho fora do lar, seria uma libertação. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais (PEDRO, 2005). O acirramento desta discussão levou a substituição da categoria “mulher” por “mulheres”. Passou-se então, a buscar e a respeitar a diferença dentro do sexo feminino. Convém destacar que, independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão a que todas as feministas buscavam resposta e procuravam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura faziam (PEDRO, 2005). Como observado, apesar da grande discussão a respeito da pluralidade feminina, as questões relativas às desigualdades e relações de poder entre homens e mulheres não foram deixadas de lado.

Nos anos 80 e 90 do século XX, a partir da desconstrução do sujeito feminino, tem início a terceira onda do feminismo, surgindo numerosas tendências como o ecofeminismo, representado por Mary Daly e o feminismo lésbico, com Adrienne Rich, entre outras. Nesta

terceira fase, críticas foram construídas em relação ao feminismo dos anos 70, acusado de ser monolítico, elitista e pouco aberto a pluralidade cultural, racial e sexual das mulheres.

Por outro lado, as teorias que influenciaram o feminismo, como marxismo e o socialismo, receberam influência do pós-estruturalismo, dando origem a novas tendências como o feminismo pós-moderno e o feminismo pós-colonial, cujas autoras, Linda Nicholson e Gayatri Spivak, se destacam.

O feminismo da terceira fase, devido a sua visão crítica frente ao feminismo da segunda onda e por seu interesse pela desconstrução de termos gerais, como raça, identidade e gênero, passou a denominar-se pós-feminismo (MARTÍ, 2003). Representaria a quarta e última fase do movimento feminista. Atualmente, várias tendências, iniciadas ainda no século XX, seguem vivas e atuantes.

Para Martí (2003), muitas tarefas já foram cumpridas pelas tendências feministas que se propuseram para tal, porém, ainda há outras tantas a realizar, como a busca pelo reconhecimento acadêmico dos aportes feministas e a tentativa de reformular a História, incorporando o estudo da mulher, ou as mulheres, nos estudos. Todos os debates atuais em torno da mulher como agente social, vítima de violência e discriminação, ainda são problemáticos, aguardando soluções por parte das vertentes feministas.

A partir da união de todas estas influências é que o feminismo adentra em muitas ciências sociais, como a Antropologia, História e a Arqueologia. O desenvolvimento do feminismo em disciplinas acadêmicas aconteceu seguindo três fases. Conforme Alberti (2001), a primeira caracteriza-se pelo reconhecimento e identificação dos vieses patriarcais na teoria e na prática das ciências. Em seguida, surge a “pesquisa remediadora”, ou seja, a inserção de uma análise onde a mulher passa a ser o foco da pesquisa. Esta foi denominada, também, por Martí (2003), como fase do “feminismo oficial”, pois, segundo ela, objetivava meramente equilibrar a investigação. A terceira fase está marcada pelo desenvolvimento de modelos e marcos teórico para as pesquisas de gênero. Porém, Alberti (2001) observou que as três fases não ocorreram em uma ordem cronológica e que, ainda hoje, existem pesquisas que podem ser enquadradas em qualquer uma delas.

Segundo Michelle Perrot (2008), a trajetória dos estudos sobre as mulheres percorreu e ainda percorre um longo caminho, pois:

[...] Partiu de uma História do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar ao espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade (PERROT, 2008: 16).

Atualmente, o feminismo busca compreender os processos epistemológicos dos conceitos por ele utilizados, principalmente o conceito de gênero, que vem passando por um debate acirrado para que se possa ter uma maior compreensão sobre o que é gênero e qual o papel do movimento feminista na sociedade contemporânea.

O FEMINISMO NA ARQUEOLOGIA

Em nossa perspectiva, a arqueologia feminista e a arqueologia de gênero são distintas entre si. Entendemos que entre ambas as linhagens teóricas existem diferenças cruciais, tanto em seus objetivos, quanto em relação ao objeto de estudo. Portanto, estes dois termos não podem ser agrupados em um mesmo rol.

Torna-se importante rever breves comentários a respeito da arqueologia de gênero, da maneira como é entendida pelas feministas. Inicialmente, vale salientar que, apesar da origem comum (do movimento feminista), os estudos de gênero visam antes problematizar as relações entre os sexos e não produzir uma análise com base no sujeito quer seja feminino ou masculino (RAGO, 1998). Já Berrocal (2009), afirma que:

[...] a arqueologia de gênero tem como objetivo a acumulação de uma informação mais completa sobre o passado incluindo especificamente dados sobre as mulheres e suas atividades [...] porém, a arqueologia de gênero é considerada por parte das autoras

feministas, como produto da falta de compromisso político com o feminismo (BERROCAL, 2009: 26).

Os estudos feministas, como citado anteriormente, entram na academia por volta das décadas de 1960 e 1970. Na história, por exemplo, desde a segunda metade do século XX, cursos, colóquios e grupos de estudos já haviam sido criados, com o intuito de resgatar a História das mulheres. Entretanto, na arqueologia, esse discurso é introduzido com certo atraso em relação às outras ciências sociais. As primeiras publicações feministas de fato, estão representadas pelos estudos iniciados por Conkey e Spector (1984), Preucel (1995) e por Voss (2000), ainda que, anteriormente, alguns trabalhos tenham tentado reinterpretar o registro arqueológico pondo em destaque as mulheres no passado, como os de Alberts e Medicine (1983), Conkey e Spector (1984), Conkey (1993), Conkey e Gero (1991) e Wilkie e Howlett (2006), como demonstrou Berrocal (2009).

A demora com que o feminismo chegou à arqueologia pode ser explicada devido ao fato de que esta ciência ainda está muito ligada à tradição positivista e, portanto, possui limitações metodológicas para tornar visíveis as mulheres em contextos arqueológicos (PALLARÉS, 2000; MARTÍ, 2003; BERROCAL, 2009). Ainda assim, segundo Martí (2003), não há uma forma fácil de encontrar as mulheres no registro arqueológico, mas tampouco há para identificar os homens. Muitas das atividades que foram atribuídas ao gênero masculino, simplesmente têm sido assumidas há décadas pelos investigadores, mas sem uma reflexão verdadeiramente crítica. Parece existir uma invisibilidade dos papéis femininos em contraponto a um aumento da visibilidade dos papéis masculinos quanto mais antigos são os registros arqueológicos estudados (ADOVASIO *et al*, 2009).

A incorporação do pensamento feminista deu-se em meio a muitas complicações. Isto porque os conceitos utilizados na arqueologia até o momento se mostravam estreitos demais para pensar a diferença e desta maneira, o feminismo desestabilizou e rompeu com muitas permanências do pensamento patriarcal vigente, introduzindo uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico e, também, propondo um modo alternativo de construção científica (RAGO, 1998). Similarmente, o pensamento feminista, quando aplicado ao estudo das sociedades do passado, tem trazido à tona um grande número de

inadequações na interpretação dos dados arqueológicos, sobretudo no que se refere às mulheres, tirando-as do papel passivo e secundário em que estavam até o momento. Durante os anos 90 do século XX, as arqueólogas feministas se propuseram a eliminar o antropocentrismo da teoria, conceitos e métodos arqueológicos, nos quais se excluía a participação da mulher (MARTÍ, 2003).

A epistemologia feminista está intimamente relacionada ao pensamento pós-moderno, às formulações de Derrida e Foucault, entre outros. A arqueologia feminista vincula-se ao pós-processualismo e considera que a ciência deve ser muito mais interpretativa do que positivista e que a noção de neutralidade e objetividade científica é uma falácia, comprovada pelo feminismo, já que ele “denuncia as relações de poder constitutivas das relações de poderes” (RAGO, 1998).

O pós-modernismo mostra-nos que não há uma só verdade e por isso, o feminismo reconhece a ambiguidade dos dados arqueológicos, aceitando a pluralidade de interpretações. As teorias feministas na arqueologia têm encontrado afinidades com o pós-processualismo. Esta relação, em muito, deve-se ao fato de que tanto o pós-modernismo, como o pós-processualismo e o feminismo científico, tem lutado contra as grandes narrativas da modernidade e da ilustração, além de seu interesse pela desconstrução de conceitos como poder, sujeito, raça, gênero, entre outros (MARTÍ, 2003).

Porém, de acordo com María Pallarés, tentar estabelecer uma relação entre os estudos da mulher e o pós-processualismo implica em simplificar o campo de interação entre ambas as linhagens de conhecimento, já que nem todos os aportes feministas na arqueologia podem ser qualificados de pós-processuais e nem tudo que é classificado como “pós” está relacionado com os estudos sobre os grupos excluídos, no nosso caso, as mulheres (PALLARÉS, 2000). Engelstad (1991), em sua obra *Images of Power and contradiction: feminist theory and post-processual archaeology*, destacou a escassa atenção que a maioria dos trabalhos pós-processuais, casualmente a maioria realizados por homens, tem se dedicado ao estudo das mulheres e também ao estudo de gênero.

Apesar da proximidade do feminismo com o pós-modernismo, muitas das pensadoras feministas temem a face obscura do pós-modernismo, voltada a manter os privilégios do gênero

masculino. Este temor gerou algumas críticas por parte das feministas a esta vertente, mas a principal delas consiste em demonstrar a contradição pós-moderna. Na arqueologia, esta contradição está em supor a defesa das múltiplas interpretações que podem apresentar a cultura material, mas ao mesmo tempo seguir mantendo uma liderança masculina, assim como as posturas androcêntricas, que seus defensores haviam se empenhado em criticar (MARTÍ, 2003).

A maioria das pesquisadoras que realizam a crítica ao pós-modernismo, são feministas materialistas, ou seja, buscaram no materialismo histórico uma base teórica para a interpretação de dados arqueológicos, mas sempre sob os auspícios do pensamento feminista. Estas buscam o oposto das feministas pós-modernas. Enquanto as últimas acreditam numa ciência interpretativa e subjetiva, estando seus estudos atrelados, na maioria das vezes, a busca e interpretação das relações de gênero; as primeiras afirmam realizar uma ciência politicamente engajada com o movimento feminista e pregam uma ciência objetiva.

Para as arqueólogas feministas e materialistas, a sexualização do passado é uma questão crucial. A desigualdade em função do sexo - que não é necessariamente a divisão sexual do trabalho - tem existido sempre e está na base de toda a prática feminista, inserindo-se na questão mais geral que está na base da práxis marxista: a hierarquia, a desigualdade e a exploração são inerentes à socialização humana, assim como a linguagem, ou são produtos históricos (BERROCAL, 2009). A obra que serve de inspiração para estas feministas materialistas é a analogia de Engels (1982), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, onde o homem representa o burguês e a mulher é representada pelo proletariado.

O feminismo tem feito uma inevitável aplicação social da arqueologia. A sua ideologia afeta diretamente a construção das hipóteses e dos resultados. Ciência neutra, afirmam as feministas, não existe. Desta maneira, passou a questionar o contexto em que as hipóteses e perguntas são formuladas originalmente, demonstrando que a ciência não é inocente. Tanto as perguntas, quanto as respostas aceitas na comunidade científica, são as formuladas por homens brancos, ocidentais e de classe média, que as produzem em função do seu interesse próprio (BERROCAL, 2009).

As perspectivas feministas na arqueologia são diversas, tanto quanto as possibilidades teóricas, os pontos de partida, os objetivos e interesses. Isto ocorre, segundo Berrocal (2009),

devido ao fato de que não existe uma única maneira correta de se fazer arqueologia feminista já que o feminismo é uma reflexão atrelada às distintas práticas que resultam desta mesma reflexão.

Desta forma, a arqueologia feminista enquanto uma nova linhagem teórica da arqueologia tem investigado temas fundamentais em relação às mulheres, aspectos geralmente silenciados, problemáticas não pensadas e nem sentidas como próprias, algumas até mesmo evitadas, por não serem consideradas prioritárias (MATEU, 2007). Trata-se de uma prática arqueológica engajada politicamente.

Assim, como no próprio feminismo, na arqueologia este movimento também possui correntes diversas. As principais linhas desenvolvidas na arqueologia feminista conforme Preucel (1995) citado por Berrocal (2009) são: 1) feminismo analítico, que busca as mulheres no passado dentro dos parâmetros científicos; 2) o feminismo hermenêutico, o qual considera que a ciência tem sido construída sobre a experiência masculina e reclama uma ciência que introduza a experiência feminina; 3) o feminismo crítico, que tenta pôr de lado os marcos machistas existentes, com o objetivo de reequilibrar as relações de poder. O feminismo se caracteriza por ser um pensamento crítico e político e o seu papel dentro da teoria arqueológica, portanto, deve ser valorizado.

Apesar de ser uma corrente teórica, fortemente influenciada por questões políticas, a arqueologia feminista não rompe com a ciência. Pelo contrário, a ciência politicamente comprometida pode ser mais rigorosa, autocrítica e consistente na construção e tratamento dos dados científicos, do que a ciência positivista, considerada descritiva e neutra (HARDING, 1987; WYLIE, 1992*apud* BERROCAL, 2009). Para as feministas, portanto, não é aceitável materializar arqueologicamente as mulheres no passado, utilizando para isso, hipóteses incontrastáveis, construídas sobre apenas uma variável, ou com os mesmos critérios utilizados previamente com o resultado contrário. Não é aceitável a manipulação da evidência arqueológica para construir erroneamente uma maior visibilidade feminina (BERROCAL, 2009). Este tipo de prática foi comum na arqueologia tradicional que tornou as mulheres invisíveis.

As aproximações feministas têm contribuído para reorientar o debate teórico na arqueologia, demonstrando a necessidade de se reconceitualizar uma série de conceitos

clássicos, para dar a atenção necessária às atividades realizadas pelas mulheres, assim como ao seu papel no passado. Por outro lado, também tem contribuído a revisão das atividades domésticas, tecnológicas ou de produção, tão esquecidas nos discursos tradicionais (MARTÍ, 2003). O feminismo propiciou à arqueologia a agregação do conceito *gênero* e o estudo das suas variações temáticas.

O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

DAS ORIGENS DO CONCEITO A SUA APLICAÇÃO NA ARQUEOLOGIA

Diferentemente do que, com frequência se pensa, não foi uma pesquisadora feminista a primeira a formular o conceito de gênero. Os primeiros estudos surgiram por volta da década de 1950, a partir das pesquisas realizadas por John Money e sua equipe do *Johns Hopkins Medical Center* de Baltimore, Estados Unidos. Money foi um especialista no estudo de defeitos genitais congênitos e foi quem iniciou os estudos sobre os problemas de identidade e orientação sexual, da transsexualidade e o tratamento de crianças hermafroditas. Percebendo as dificuldades terminológicas e conceituais para definir os transsexuais, interssexuais e homossexuais, Money e sua equipe desenvolveram uma teoria do tratamento psico-médico dos interssexos que dá prioridade ao condicionamento sócio-cultural da identidade de gênero. Esta identidade de gênero seria a convicção que o indivíduo e a sociedade têm a respeito da sexualidade e que determina completamente o que o indivíduo é muito mais que as características genéticas ou biológicas com que houvera nascido (STOLKE, 2004; GONZALO, 2006).

Segundo Money, a criança é neutra no momento do nascimento em termos psico-sexuais. O desenvolvimento de sua orientação psico-sexual depende do aspecto dos seus genitais. Qualquer criança pode transformar-se em menina ou menino, basta que seus genitais tenham a aparência adequada, independente do que indiquem seus cromossomos, hormônios ou genes (STOLKE, 2004). A posição de Money reflete uma ideia ainda profundamente arraigada na cultura ocidental: a de que não existem mais de dois sexos. Profissionais da área, como médicos e biomédicos, por exemplo, acreditam que não haja alternativa para um interssexo, que não a identidade feminina e a identidade masculina. Stolke (2004) afirma que até mesmo o termo utilizado para designá-los (interssexo), revela esta concepção cultural dualista e heterossexual normativa. Este debate, sobre os antecedentes bioculturais do conceito de gênero,

que foi iniciado na década de 1950 dará espaço aos debates sobre gênero dentro do feminismo, questionando a dualidade dos gêneros femininos e masculinos e a homossexualidade.

John Money foi o primeiro a estudar a *identidade de gênero*. Entretanto, o primeiro pesquisador a elaborar e definir o termo *gênero* foi Robert Stoller, um psicanalista norte americano, que em 1968 publicou *Sex and Gender*. Neste livro, segundo Stolke (2004), Stoller define gênero como sendo um termo que contém conotações tanto psicológicas quanto culturais. Distingue os sexos feminino e masculino e também a feminilidade e a masculinidade, estas não relacionadas necessariamente à anatomia ou à fisiologia do corpo humano. Todavia, o conceito não prosperou imediatamente. Apenas alguns anos mais tarde, estudiosas como Kate Millet, Germaine Greer e Gayle Rubin desenvolveram os estudos sobre gênero.

Os estudos anteriormente citados foram pioneiros no desenvolvimento das teorias de gênero, contudo, eles foram o resultado da soma de conhecimentos e pensamentos que já eram pungentes nos meios acadêmicos, tanto europeu quanto norte americano. Desta feita, para que possamos compreender todo o alcance teórico do termo gênero, temos que retroceder um pouco até os anos de 1920. Este é o período em que a ideia sobre um “sexo social” foi lançada por algumas pesquisadoras, em geral feministas e cujo contexto histórico foi descrito anteriormente, o movimento feminista.

Antes dos estudos biomédicos revelarem a existência do “sexo social”, duas pesquisadoras já haviam proposto o conceito de gênero¹, como nós o entendemos hoje. Entre os anos de 1920 e 1930, a antropóloga norte-americana, Margaret Mead, fez diversas objeções e críticas à visão sexista² e biológica predominante no Ocidente e em muitos países, ainda nos dias de hoje. Segundo tal pensamento, a divisão sexual do trabalho na família moderna é uma consequência da diferença inata entre o comportamento instrumental (público, produtivo) dos homens e o comportamento expressivo (privado) das mulheres, inspirada na ideia dualista dos sexos sugerida por Strauss, onde o homem corresponde a tudo que está ligado a cultura e a mulher a natureza. As críticas proferidas por Mead foram construídas a partir de suas investigações etnográficas nas ilhas Samoa e Nova Guiné, onde ela pôde observar que cada povo desenvolve a diferença sexual de maneira diversa e que esta diferença está presente em todas as sociedades. Em 1935 seu livro, *Sexo e Temperamento em três Sociedades Primitivas*, um estudo

comparativo entre sociedades, sugere que a espécie humana é altamente maleável, comportando papéis e condutas sexuais que variam segundo os contextos sócio-culturais.

No ano de 1949, Beauvoir publica seu conhecido livro, *O segundo sexo*. A autora foi uma escritora de projeção mundial que se dedicou ao estudo da mulher durante a fase de resgate da identidade feminina. Fase esta que precedeu a formulação do conceito de gênero (SAFIOTTI, 1999). Nesta obra, Beauvoir afirma que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a mulher assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 22). Afirmando contundentemente que a mulher é uma construção social e que a feminilidade é uma pretensão masculina, para moldar as mulheres aos seus anseios, haja vista que, segundo ela, o “(...) homem é a medida de todas as coisas, pois a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mesma, mas em relação ao homem” (BEAUVOIR, 1967, p. 22).

Estas obras, *Sexo e Temperamento em três Sociedades Primitivas* e *O Segundo Sexo*, são consideradas um marco para o movimento feminista, tratando de maneira vanguardista um tema que será o foco das discussões feministas somente a partir das décadas de 1960 e 1970. Nestes livros, a palavra *gênero* não aparece, mas podemos identificar facilmente a ideia de gênero como o “sexo social” que assimilamos de acordo com nossa cultura, nossas experiências e que não corresponde necessariamente à anatomia dos indivíduos.

A segunda onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu de maneira significativa para a inserção dos estudos das “mulheres” e, conseqüentemente, para os estudos de “gênero” nas universidades, principalmente nos Estados Unidos, onde o referido movimento se desencadeou. Tais estudos estenderam-se, ainda nos anos 70 para a Europa e outras partes do mundo, incluindo o Brasil. Esse reconhecimento acadêmico, no entanto, ainda é frágil, não se podendo afirmar que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental nas ciências sociais.

Tamanho interesse pelos estudos sobre “mulheres” e sobre “gênero” ocorreu devido ao fato de que muitas pesquisadoras passaram a interessar-se pela busca das origens da

subordinação feminina. Desta forma, “voltaram-se para o estudo da antropologia como fonte de informações sobre as circunstâncias, experiências e representações femininas em contextos sociais, políticos e econômicos diversos, buscando evidências sobre sistemas sócio-políticos igualitários” (PINE, 1998 *apud* STOLKE, 2004: 82).

O interesse feminista pela antropologia marcou a década de 1970, quando duas obras pioneiras foram publicadas: *Woman, Culture, and Society*, de Rosaldo e Lamphere (1974) e *Toward and Anthropology of Women y Woman*, de Reiter (1975). Estas propunham criar uma “antropologia das mulheres”, com o intuito de submeter à crítica feminista os modelos androcêntricos convencionais da disciplina. Voltando-se ao estudo das mulheres, prestaram devida atenção as atividades femininas. O objetivo principal era teorizar as origens da subordinação feminina (STOLKE, 2004). Ainda de acordo com Stolke (2004), todas estas antropólogas situavam a opressão da mulher na esfera da cultura e na estrutura social, porém, muitas delas acabaram por repetir a tendência universalista e o determinismo biológico o qual criticavam. Apesar de suas intenções culturalistas, atribuíram a subordinação das mulheres ao fato biológico da procriação.

Estas estudiosas incorreram no erro que consistiu em realizar fortes críticas ao modelo sexista biológico e, apesar disso, estavam condicionadas de tal forma, que não conseguiam se desprender dos pressupostos biológicos etnocêntricos. Estas pensavam as relações entre homens e mulheres da forma como Strauss sugeriu, relacionando o homem à cultura e a mulher ligada à natureza. Desta forma, colocavam homens e mulheres em esferas diferentes, levando para a análise toda a carga representativa de seu próprio universo ocidental moderno, projetando nela seu sentido de mundo. Esqueceram-se, pois, de que as dicotomias existentes em nossa sociedade não são universais e que diferenças de atividades e de função, não significavam, necessariamente, uma desigualdade social e/ou sexual (STOLKE, 2004). Conforme Safiotti (1999), gênero não implica, necessariamente em desigualdade ou poder. O que acontece é que através da crença de que a “identidade sexual” representa o ponto comum entre várias culturas, frequentemente, generalizamos o que é específico da cultura moderna ocidental ou de certos grupos dentro dela. E generalizações deste tipo, levam-nos ao erro (NICHOLSON, 2000).

Na década de 1970 o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada. Estas obras citadas são um exemplo do tipo de pensamento que tinham as feministas até a década de 1970. Pois até este momento, o gênero não

era tido como um substituto para sexo, na verdade, se complementavam. Muitas feministas, como por exemplo, Robin Morgan (1984) e Janice Raymond (1986) aceitavam a premissa de que algumas diferenças entre homens e mulheres eram de caráter biológico, contudo, as diferenças formadoras do caráter humano eram oriundas do gênero (NICHOLSON, 2000).

Exemplos da opção por este modelo biológico são das feministas Kate Millet e Germaine Greer. Elas empregaram pela primeira vez a noção psicanalítica do “gênero social” em suas críticas políticas às doutrinas bio-ideológicas ocidentais, as quais pregavam a subordinação das mulheres. Ambas compartilhavam a convicção de que para lutar pela libertação feminina, era necessário saber até que ponto a inferioridade ou dependência da mulher era natural e, portanto, imutável (STOLKE, 2004).

Kate Millet (1969), em seu livro *Políticas sexuais*, proclamava que as relações entre os sexos são puramente políticas. Como assinala Millet, nem a endocrinologia nem a genética conseguiu demonstrar que a vontade de domínio é um marco inerente ao temperamento masculino e que existem diferenças intelectuais e emocionais inatas entre homens e mulheres e, também, que as distinções contemporâneas entre homens e mulheres são culturais (STOLKE, 2004).

Por sua vez Germaine Greer (1971) empregou o termo *gênero* em seu livro *A mulher eunuco*. Em sua crítica sobre a mulher como objeto de desejo masculino, a autora afirmou que “a mulher é considerada como objeto sexual para o uso e apreciação de outros seres sexuados, os homens. Sua sexualidade é ao mesmo tempo negada e transviada ao ser representada como passiva” (STOLKE, 2004: 85).

Outro exemplo é encontrado na socióloga inglesa Ann Oakley, que empregou o conceito de gênero para comparar as distintas maneiras como homens e mulheres são moldados pela vida em sociedade. Ela concluiu que “é certo que todas as sociedades utilizam o sexo biológico como critério para a atribuição de gênero, porém, fora este ponto de partida não existe cultura que esteja completamente de acordo sobre o que diferencia um gênero do outro”. Os indivíduos sem sexo o podem ser excepcionalmente pelo nascimento, caso que estuda Oakley (1972), ou por castração. Nesta segunda opção encontram-se os *castrati*, da idade moderna ocidental e os *eunucos*, do Império Bizantino, China e Egito antigos, ou mesmo as *hirjas*, da Índia. Estes últimos são homens que decidem castrar-se para fazer parte da categoria de gênero das *Hirjas*. A grande diversidade de gênero se apóia também, nas formas de gênero que não estão relacionadas ao sexo, como é o caso dos homossexuais.

Stolke (2004) afirma que, apesar de Oakley discursar sobre a variabilidade cultural dos significados de gênero, ela acaba por afirmar que existem dois gêneros, voltando ao dualismo biológico e heterossexual de Money e Stoller, que marcou os estudos de “gênero” durante a década de 1970.

Neste período, não apenas as antropólogas, mas também as historiadoras passaram a interessar-se por este tipo de estudo. Com o desenvolvimento de novos campos, como as perspectivas da História Nova, História das mentalidades e a histórica cultural, houve um avanço na abordagem do feminino. Ocorre o surgimento de uma *História das mulheres* que vai, posteriormente, se tornar um campo relativamente conhecido em nível institucional. Nas universidades francesas, desde 1973, cursos, colóquios e grupos de estudo foram criados, dando origem ao boletim *Penélope Cahiers pour l'histoire des femmes*. Na Inglaterra, as historiadoras criaram o *History Workshop*; desenvolveram-se os *Women's studies*, dando origem às revistas *Signe* e *Feminist Studies*.

Em 1975 foi publicado o polêmico artigo *The Traffic in Women*, da feminista Gayle Rubin. Neste artigo, Rubin descobre que a divisão entre os sexos, a dependência entre eles e a subordinação das mulheres são fenômenos político-sociais. Ela lança a expressão “sistema sexo/gênero”, que consiste em um conjunto de dispositivos socioculturais, em particular os sistemas de parentesco, forjados pelas regras matrimoniais, em que transformam mulheres e homens em duas categorias sociais incompletas, uma sem a outra (STOLKE, 2004). Gayle definiu o gênero como “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975 *apud* NICHOLSON, 2000:55).

Neste momento, meados da década de 1970, grande número de pesquisadoras feministas já haviam aderido ao uso do termo *gênero*, mas ainda havia por parte da academia e até mesmo de muitas feministas, como as francesas, por exemplo, oposição quanto à utilização desta categoria. Apesar disso, foram as feministas que propuseram a utilização do termo gênero, mas é claro, não havia um consenso entre elas. As pesquisadoras a favor da incorporação do gênero defendiam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. Estas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres

acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente (SCOTT, 1990). Aos poucos, o sucesso desta categoria de análise repercutiu vigorosamente, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas. É neste momento também, início da década de 1990, que o conceito de gênero vai desenvolver-se no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O GÊNERO NA ARQUEOLOGIA

O gênero delimita o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente individualizados. Caso contrário, o gênero passa a ser um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, e não tem força de análise suficiente para mudar os paradigmas existentes (SOIHET, 2007).

Porém, segundo Scott (1990), a palavra *gênero*, em seu uso mais recente, significa *mulheres*. Durante os últimos anos, livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres, substituíram em seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”. Ainda segundo Scott, o uso do termo gênero visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres. O gênero distancia-se mais da política feminista. Enquanto o termo “História das mulheres” ou mesmo “Arqueologia feminista” revela sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o gênero inclui as mulheres sem as nomear. Scott afirma que a substituição do termo “mulheres” pelo termo “gênero”, é um aspecto da procura pela legitimidade acadêmica nos estudos feministas durante a década de 1980. Também nos anos oitenta, a historiadora Michelle Perrot se perguntava se era possível uma história das mulheres. Afinal, muito se perdia nessa historiografia que não dava conta de pensar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas. É também de Perrot a visão com a qual concordamos neste trabalho, pois prezamos pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematize as relações entre os sexos (RAGO, 1998). Acreditamos que a relação entre os sexos é um dos motores da história.

No âmbito da arqueologia, o gênero deve ser considerado como uma relação social que forma parte e constitui o conjunto das outras relações sociais e atividades que formam a sociedade em geral. Por isso, o estudo das relações de gênero não deve limitar-se a buscar a atribuição material dos rôis de gênero, seu principal objetivo é compreender como funciona o gênero em todas as suas dimensões, porque o gênero é um dos princípios estruturadores do

registro arqueológico, de tal modo que se deve estudar todo o conjunto de ações sociais realizadas tanto por homens quanto por mulheres (MARTÍ, 2003).

Como mencionado em sessões anteriores, os estudos de gênero se desenvolveram no seio do movimento feminista. Foram estas pesquisadoras as responsáveis por iniciar as pesquisas sobre as mulheres no mundo acadêmico. Assim como na história e na antropologia, a arqueologia, já nas décadas de sessenta e principalmente na de setenta, já vinha produzindo uma arqueologia de enfoque feminista. Isto se deve em parte ao fato de que muitas mulheres estavam se integrando a profissão e também, além da segunda onda feminista, que ocorreu nos Estados Unidos e teve muita repercussão. Por este motivo, as áreas onde a arqueologia feminista se deu com maior ímpeto foram nos Estados Unidos e na Escandinávia, em decorrência da explosão do movimento feminista. As análises realizadas sob esta perspectiva, como por exemplo, Bertelsen et al (1987), Dahlberg (1981), Hodder (1982) e Leacock (1981) buscavam recuperar a importância da mulher que ficara esquecida no contexto arqueológico e nas interpretações androcêntricas (DÍAZ-ANDREU, 2005).

Porém, devemos levar em consideração que, um grande número de trabalhos feministas radicais tem descontextualizado as relações sociais e se preocupado exclusivamente com as áreas de atividade sociais das mulheres. E desta feita, a arqueologia feminista, que pretendia acabar com o privilégio do sujeito masculino, acabou por contradizer-se. Pois, privilegiando as mulheres, este enfoque repetia o tipo de pesquisa acadêmica excludente e fechada a qual estas estudiosas criticavam. Em alguns casos, estas relações entre os sexos podem ser hierárquicas, em outras, igualitárias e assim por diante. A arqueologia de gênero se ocupa do estudo de todos os gêneros. Além disso, a categoria de gênero não é universal, como mulheres, o gênero se transforma. Existem diferenças entre distintos grupos em relação a como cada um entende o gênero, e também dentro de um mesmo grupo, ao longo do curso da história, ele se transforma. Contudo, a categoria *mulheres*, manteve seu sentido ao longo da história, o que segundo Díaz-Andreu (2005), resultou em falta de crítica que fez com que estas pesquisadoras incorressem em erros bastante semelhantes aos que criticavam e tentavam evitar. Pois ao privilegiar apenas um sujeito histórico, pretendendo encontrar um papel relevante ao nível econômico e social para as mulheres, incorriam na simplicidade de afirmar que o trabalho das mulheres era importante dentro dos grupos. Além disso, é necessário considerar que existem muitos discursos paralelos em uma sociedade, por exemplo, o de homens e mulheres, o de crianças, jovens, adultos e idosos.

Apesar do que foi exposto, a arqueologia de gênero compartilha com a arqueologia feminista uma série de preocupações, como a crítica ao marco androcêntrico. Porém, esta busca

compreender relações que não estão baseadas apenas no dimorfismo sexual. Embora esteja relacionada à diferença sexual, a identidade de gênero assumida depende de como esta diferença sexual é percebida socialmente. A substituição da categoria “sexo” por “gênero” teve como objetivo, sublinhar o caráter social, econômico e especialmente político das diferenças entre homens e mulheres (CARVALHO, 2008). Foi desta maneira que o gênero foi empregado na arqueologia.

Há fortes críticas, em especial por parte das feministas, sobre o fato de a arqueologia de gênero enquadrar-se no pós-processualismo¹, no pós-modernismo. Contudo, a arqueologia de gênero é pós-processual porque “entende que a sociedade está formada por indivíduos que atuam como agentes sociais ativos, por indivíduos cujas atividades e negociações diárias formam uma parte essencial da dinâmica histórica” (ANDREU, 2005, p.16). Desta maneira, nesta contínua e dinâmica prática social, as relações de gênero cumprem um papel essencial como um dos princípios estruturantes essenciais e básicos que organizam as relações sociais.

O estudo dos temas que envolvem a compreensão dos gêneros apresenta, portanto, a influência do pensamento feminista por um lado e representa uma perspectiva voltada à apreensão dos múltiplos aspectos da vida humana no passado, especialmente daqueles voltados à sexualidade e à corporeidade na moderna ciência arqueológica.

Danúbia V. Rodrigues de Lima

***Núcleo de Pesquisas e Estudos em Arqueologia e História – NUPEAH/UFAL-Campus Sertão
danubia.rodrigues2@gmail.com***

Viviane M. Cavalcanti de Castro

***Departamento de Arqueologia - UFPE
vivianemcc@gmail.com***

Sergio F. S. M. da Silva

***Departamento de Arqueologia - UFPE
arqueologiaforense@gmail.com***

REFERÊNCIAS

- ADOVASIO, J.M. PAGE, Jake; SOFFER, Olga. 2009. *O sexo invisível. O verdadeiro papel da mulher na pré-história*. Editora Record: Rio de Janeiro.
- ALBERTS, P.; MEDICINE, B. (Eds) 1983.*The hidden half: studies of Plains Indians Women*. University Press of America. Washington DC.
- ALBERTI, Benjamin. 2001. “De género a cuerpo: una reconceptualización y sus implicaciones para la interpretación arqueológica”. *Intersecciones en Antropología*, n. 2, p. 61-72.
- BEAUVOIR, Simone de. 1967. *O segundo sexo. Fatos e Mitos*. Difusão Européia de Livro: Paris.
- BERROCAL, María, C. 2009. “Feminismo, teoria y práctica de uma arqueologia científica”. *Trabajos de Prehistoria*, 66, nº 2, julho/dezembro, p. 25-43.
- BERTELSEN, R.; LILLEHAMMER, A.; NAESS, J. (eds.) 1987.*Were They All Men? An Examination of Sex Roles in Prehistoric Society*. Arkeologistmsuemi Stavanger, Stavenger, Norway.
- BUTLER, Judith. 2008. *Problemas de género: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Vânia, C. 2008. *Gênero e Artefato*. O sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material-São Paulo, 1870-1920. EDUSP: São Paulo.
- CONKEY, M.; SPECTOR, J. 1984.“Archaeology and the Study of Gender”.*Advances in archaeological theory and method*, pp. 1-29.
- CONKEY, M.; GERO, J. 1991. “Tensions, Pluralities, and Engendering Archaeology: An Introduction to Women and Prehistory”. CONKEY, M; GERO, J. *Engendering Archaeology: Women and Prehistor*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 3-30.
- CONKEY, M. 1993. “Making the connections: feminist theory and Archaeologies of gender”. H. du Cross e L. Smith (Eds.): *Women in Archaeology. A feminist critique*. Australian National University. Canberra, pp. 3-25.
- DAHLBERG, Frances, (ed.)1981. *Woman the Gatherer*. New Haven & London: Yale University Press.
- DÍAZ-ANDREU, M. 2005. Gender Identity. In: DÍAZ-ANDREU, M. et al. *The Archaeology of identity*. New York: Routledge, p. 13 – 42.
- ENGELS, F. 1982. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ENGELSTAD, E. 1991. “Images of power and contradiction: feminist theory and post-processual archaeology”. *Antiquity* 65, pp. 502-514.
- FALLS, Seneca. 1848. *Declaração dos sentimentos*. Disponível em: <http://www.infoplease.com/ipa/A0875901.html>.
- FRIEDAN, Betty. 1963. *La mística de La feminidad*. New York: Norton.

- GONZALO, Almudena Hernando. 2006. "Sexo, Género y Poder. Breve reflexión sobre algunos conceptos manejados em la arqueologia del género". *Complutum*, v. 18, pp. 167-174.
- GREER, G. *The Female Eunuch*. London: Paladin, 1971.
- GUIMARÃES, Maria de F. 2005. "Trajetória dos feminismos. Introdução a abordagem de gênero". CASTILLO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely de. (coord.). *Marcadas a ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Recife: Secretaria especial de políticas para as mulheres, pp. 77-92.
- HODDER, Ian. 1982. "Theoretical archaeology: a reactionary view". HODDER, Ian (Ed.) *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69-79.
- LEACOCK, Eleanor, B. 1978. "Women's Status in Egalitarian Society". *Current Anthropology* 19.
- MARTÍ, Ruth Falcó. 2003. *La arqueologia Del género: Espacios de mujeres, mujeres com espacios*. Alicante: Espagracic. Cuadernos de trabajos de investigación, nº 6.
- MARY, Wollstonecraft. 1792. *A Vindication of the Rights of Woman with Strictures on Political and Moral Subjects*, London: Joseph Johnson.
- MATEU, Trinidad, E. 2007. "Desde uma proposta arqueológica, feminista y materialista". *Complutum*, vol. 18: 201-208.
- MEAD, Margaret. 2009. *Sexo e temperamento em três primitivas sociedades*. 3ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MIGUEL, Ana de. "Feminismos".1995. AMORÓS, Célia (coord) *10 Palabras clave sobre La mujer*, Pamplona: Edv, pp. 217-235.
- MILLETT, Kate. 1977 [1969]. *Sexual Politics*. Londres: Virago Press.
- MITCHELL, Juliet. 1966. "Women: The Longest Revolution." *New Left Review*, n. 40, Nov.-Dec. pp.11-32.
- MOLINA, Cristina, P. 1994. "Dialéctica feminista de la ilustración". *Anthropos*: Madrid. pp. 105-164.
- MONTENEGRO, Ana. 1981. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Cadernos Guararapes, nº 31.
- MORGAN, Robing. 1984. "Introduction/Planetary Feminism: The Politics of the 21" Century". (ed.). *Sisterhood Is Global:The International Woman's Movement Anthology*. Garden City, NY:Doubleday.
- NICHOLSON, Linda. 2000. "Interpretando o gênero". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41.
- PALLARÉS, M. 2000. "Género y espacio social enarqueología". *Arqueología Espacial*, 22, pp. 61-92.
- PEDRO, Joana M. 2005. "Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica". *Revista de História*. São Paulo, v. 24, (1): 77-98.
- PERROT, Michelle. 2008. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto.
- PIZAN, CHRISTINE. 2006. *La Ciudad de las Damas*. Madrid: Ediciones Siruela.

- PREUCEL, R. 1995. "The postprocessual condition" *Journal of Archaeological Research* 3 (2): 147-175.
- RAGO, Margareth. 1998. "Epistemologia Feminista, Gênero e História". PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- RAYMOND, Janice. 1986. *A Passion for Friends: Toward a Philosophy of Female Affection*. Beacon Press, Boston.
- REITER, Rayna. 1975. *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press: New York.
- ROSALDO, Michelle; LAMPHIER, Louise (Eds). 1974. *Woman, Culture, and Society*. California: Stanford University Press.
- SAFFIOTI, Heleieth. 1999. "O estatuto teórico da violência de gênero". *Violência em tempo de globalização*. 1.ed. São Paulo: Hucitec, p. 142-163.
- SCOTT, Joan W. 1990. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 16(2): 5-22, julho/dezembro de 1990.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana, M. 2007. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 281-300.
- STOLLER, Robert J. 1968. *Sex and Gender*. New York: Science House.
- STOLKE, Verena. 2004. "A Mulher é Puro Conto". *Revista de estudos feministas*, Florianópolis, 12(2): 264 – maio/agosto.
- VOSS, Barbara L. 2000. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *World Archaeology*, 32(2), 180-192.
- WILKIE, L.; HOWLETT HAYES, K. 2006. "Engendered and feminist archaeologist of the recent and documented pasts" *Journal of archaeological Research*, 14, pp. 243-264.

NOTAS

¹A postura aqui assumida está de acordo com a historiadora Joan Scott, a qual entende por gênero o discurso da diferença entre os sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, estruturas, práticas cotidianas e a rituais, ou seja, tudo aquilo que constitui as relações sociais. “O gênero é uma categoria historicamente determinada que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo uma categoria que sirva para dar sentido a essa categoria” (SCOTT, 1990:15).

²O sexismo é uma teoria baseada na inferioridade do sexo feminino, determinado pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Importante também é que existem diferenças entre sexismo e machismo. “O primeiro seria uma atitude consciente que propicia a subordinação de um sexo em relação a outro. E o machismo é uma atitude inconsciente de discriminação” (MARTÍ, 2003:22).